

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.500 - SP (2019/0264925-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : WILSON TOLENTINO SOBRINHO
ADVOGADO : WILSON TOLENTINO SOBRINHO - SP404898
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM SERGIO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CÁLCULO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. CARÁTER HEDIONDO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006). FUNDAMENTO INIDÔNEO. HEDIONDEZ AFASTADA POR DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HC N.º 118.533/MS. CANCELAMENTO DO VERBETE SUMULAR N.º 512/STJ. PRECEDENTES. CONSIDERAÇÃO DOS PRAZOS ATINENTES AOS CRIMES COMUNS. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA, EM MENOR EXTENSÃO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WILLIAM SERGIO DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo de Execução Penal n.º 0005333-43.2019.8.26.0041.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 33, § 4.º, c.c. o art. 40, inciso III, ambos da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 388 (trezentos e oitenta e oito) dias-multa (fls. 27-40).

Em 16/01/2019, o Juízo das Execuções Penais, ressaltando que o Sentenciado **não cumpriu o requisito objetivo de 2/5** (dois quintos) da pena privativa de liberdade, indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto (fl. 49).

Irresignado, o Apenado interpôs agravo em execução penal, tendo o Tribunal de Justiça local negado provimento ao recurso (fls. 71-77).

No presente *writ*, o Impetrante sustenta, em síntese, que o Paciente "*vem sofrendo desvio e/ou excesso na execução de sua pena*" (fl. 8), pois as instâncias ordinárias não observaram, para a aferição do preenchimento do requisito objetivo para a progressão de regime, que o Apenado foi condenado como incurso no art. 33, § 4.º, da

Superior Tribunal de Justiça

Lei n.º 11.343/2006, que não possui caráter hediondo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Salienta que o Paciente preenche os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão de regime, inclusive para o aberto, pois já cumpriu mais de 1/6 (um sexto) da pena (fls. 10-11).

Requer, ao final, *"a concessão de ordem liminar em favor do Paciente para fazer cessar o constrangimento ilegal em virtude da denegação da progressão de regime que faz jus o Paciente, em virtude do reconhecimento do caráter não hediondo do artigo 33 §4º da Lei de Drogas"* (fl. 13). No mérito, pleiteia a concessão da ordem para que o Paciente *"possa cumprir o restante da reprimenda em REGIME ABERTO, em virtude do cumprimento dos requisitos objetivo e subjetivo"* (fl. 14).

O pedido liminar foi deferido, em menor extensão, em decisão de fls. 191-193.

Informações às fls. 200-206; 209-212; 215-223; 225-241 e 254-265.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 244-247, manifestou-se *"pela concessão da ordem, para afastar a exigência de cumprimento de 2/5 da pena para a obtenção da progressão de regime"* (fl. 246).

É o relatório. Decido.

A ordem merece ser concedida, nos termos da decisão em que deferi a medida liminar, em menor extensão.

Na hipótese, o Tribunal de origem não reconheceu a patente ilegalidade da decisão proferida pelo Juízo das Execuções Penais, consignando que *"como a modalidade privilegiada não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas, [o] sentenciad[o], para obter os benefícios no âmbito da execução da pena, deve observar as frações destinadas aos crimes hediondos"* (fls. 76-77).

Ocorre que, ao julgar a Petição n.º 11.796/DF, sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema n.º 600), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal, decidiu afastar a hediondez do crime de tráfico privilegiado, nos seguintes termos:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS NA SUA FORMA PRIVILEGIADA. ART. 33, § 4.º, DA LEI Nº. 11.343/2006. CRIME NÃO EQUIPARADO A HEDIONDO. ENTENDIMENTO RECENTE DO PLENO DO SUPREMO

Superior Tribunal de Justiça

TRIBUNAL FEDERAL, NO JULGAMENTO DO HC 118.533/MS. REVISÃO DO TEMA ANALISADO PELA TERCEIRA SEÇÃO SOB O RITO DOS REPETITIVOS. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA Nº 1.329.088/RS. CANCELAMENTO DO ENUNCIADO Nº 512 DA SÚMULA DO STJ.

1. O Supremo Tribunal Federal, no recente julgamento do HC 118.533/MS, firmou entendimento de que apenas as modalidades de tráfico ilícito de drogas definidas no art. 33, caput e § 1º, da Lei nº 11.343/2006 seriam equiparadas aos crimes hediondos, enquanto referido delito na modalidade privilegiada apresentaria 'contornos mais benignos, menos gravosos, notadamente porque são relevados o envolvimento ocasional do agente com o delito, a não reincidência, a ausência de maus antecedentes e a inexistência de vínculo com organização criminosa.' (Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2016).

2. É sabido que os julgamentos proferidos pelo Excelso Pretório em Habeas Corpus, ainda que por seu Órgão Pleno, não têm efeito vinculante nem eficácia erga omnes. No entanto, a fim de observar os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, bem como de evitar a prolação de decisões contraditórias nas instâncias ordinárias e também no âmbito deste Tribunal Superior de Justiça, é necessária a revisão do tema analisado por este Sodalício sob o rito dos recursos repetitivos (Recurso Especial Representativo da Controvérsia nº 1.329.088/RS - Tema 600).

3. **Acolhimento da tese segundo a qual o tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4.º, da Lei n. 11.343/2006) não é crime equiparado a hediondo, com o consequente cancelamento do enunciado 512 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.**" (Pet 11.796/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 29/11/2016; sem grifos no original.)

Dessa forma, afastada a hediondez do crime de tráfico de drogas, na sua forma privilegiada, devem ser considerados os lapsos temporais atinentes aos crimes comuns para a concessão dos benefícios da execução da pena.

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM de *habeas corpus*, EM MENOR EXTENSÃO, para ratificar a liminar em que determinei que o Juízo das Execuções Penais, para efeito de concessão da progressão de regime ao Paciente, considerasse o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena privativa de liberdade.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

